



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 14/2016

Período: 30/04/2016 –06/05/2016

GEDES - UNESP

- 1- Vice-almirante da Marinha é suspeito de ter recebido propina de obras da usina nuclear de Angra 3
- 2- Ministério da Defesa receberá verba para reforçar segurança durante os Jogos Olímpicos 2016
- 3- Possibilidade de restauração do Gabinete de Segurança Institucional na categoria de Ministério criou expectativa entre militares
- 4- Presidenta da República Dilma Rousseff aguarda autorização do Senado para ter a sua disposição avião da Força Aérea Brasileira
- 5- Michel Temer discutiu nomes para o Ministério da Defesa
- 6- Cruz Vermelha revelou documentos sobre torturas durante o regime militar
- 7- Ministério da Defesa negociou a criação de um fundo para projetos
- 8- Justiça Federal rejeitou denúncia contra Harry Shibata, legista do regime militar
- 9- Faleceu líder operário que se opôs ao regime militar

1- Vice-almirante da Marinha é suspeito de ter recebido propina de obras da usina nuclear de Angra 3

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-presidente da Eletronuclear e vice-almirante da Marinha, Othon Luiz Pinheiro da Silva, foi acusado de ter recebido propina de empreiteiras envolvidas nas obras da usina nuclear de Angra 3, no estado do Rio de Janeiro. No depoimento à 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, Silva afirmou que utilizou contratos fictícios para receber pagamentos de serviços prestados à Andrade Gutierrez, mas que não beneficiou a empreiteira durante o período que foi presidente da Eletronuclear. De acordo com o periódico, Silva é suspeito de ter recebido propina por meio de diversas empresas, como a CG Consultoria, a JNobre Engenharia e Consultoria e a Deutschebras, as quais teriam feito pagamentos à Aratec Engenharia, empresa fundada pelo vice-almirante e que tem como sócia sua filha Ana Cristina Toniolo. (*O Estado de S. Paulo – Política – 30/04/16*)

2- Ministério da Defesa receberá verba para reforçar segurança durante os Jogos Olímpicos de 2016

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Ministério da Defesa receberá R\$ 66 milhões para reforçar a segurança durante as Olimpíadas de 2016, que ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro. A verba foi deslocada de uma quantia

de R\$ 166 milhões que seria destinada às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). No dia 03/05/16, o jornal *O Estado de S. Paulo* informou que, durante a cerimônia que deu início ao revezamento da tocha olímpica, realizada em frente ao Palácio do Planalto, na capital federal Brasília, aeronaves pertencentes à Esquadrilha da Fumaça sobrevoaram a Esplanada dos Ministérios para garantir a segurança dos participantes do ato. (Correio Braziliense – Economia – 03/05/16; O Estado de S. Paulo – Esportes – 03/05/16)

3- Possibilidade de restauração do Gabinete de Segurança Institucional na categoria de Ministério criou expectativa entre militares

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, há uma expectativa entre militares pela restituição do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) em condição de Ministério, caso o vice-presidente da República Michel Temer assuma o governo temporariamente em decorrência do processo de *impeachment* da presidenta da República Dilma Rousseff. O jornal informou que oficiais das Forças Armadas reiteraram a Temer que as despesas com a restauração da pasta não sofreriam oscilações, visto que o gabinete seria composto por militares da ativa. De acordo com o *Estado*, com a recriação do GSI, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) ficaria vinculada a este. Segundo divulgado posteriormente pelos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio*, o possível novo titular da pasta seria o atual chefe do Estado Maior do Exército, general Sérgio Etchegoyen. O general esteve com Temer no dia 03/04/16, e insistiu na recriação do GSI, porém, segundo o *Correio*, o vice-presidente não pretende recriar cargos. (Correio Braziliense – Política – 03/05/16; Correio Braziliense – Política – 05/05/16; O Estado de S. Paulo – Política – 04/05/16)

4- Presidenta da República aguarda autorização do Senado para ter a sua disposição avião da Força Aérea Brasileira

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, assessores do Palácio do Planalto esperam que o presidente do Senado, Renan Calheiros, autorize a presidenta da República Dilma Rousseff a utilizar, durante o período de 180 dias de seu possível afastamento do governo, uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), carros, seguranças e a mesma equipe de assessores. Essas medidas, se consentidas por Calheiros, deverão entrar em vigor após a saída temporária de Rousseff caso a continuidade do processo de *impeachment* seja aprovada em votação no dia 11/05/16, pelo Senado. De acordo com o periódico, o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e demais dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT) incentivaram Rousseff a viajar, tanto pelo Brasil quanto para o exterior, a fim de denunciar como ilegítimo o possível governo do vice-presidente da República, Michel Temer. (Folha de S. Paulo – Poder – 03/05/16)

5- Michel Temer discutiu nomes para o Ministério da Defesa

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o atual vice-presidente da República, Michel Temer, discutiu possíveis nomes

para ocupar o cargo de Ministro da Defesa, caso seja confirmado o afastamento da presidenta da República, Dilma Rousseff, devido processo de *impeachment* que está em trâmite Segundo *O Estado*, foi cogitado para o cargo o deputado federal do Partido Popular Socialista (PPS), Raul Jungmann. A possibilidade de Jungmann assumir um cargo no “primeiro escalão do novo governo” se consolidou depois que o senador Cristovam Buarque, do mesmo partido, descartou a sua ida para o Ministério da Agricultura. De acordo com *O Estado*, Jungmann é ex-ministro da Reforma Agrária e ex-presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) do governo de Fernando Henrique Cardoso. O deputado também estudou assuntos ligados à Defesa no Congresso Nacional e possui contato direto com o ex-ministro da Defesa nos governos de Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, Nelson Jobim. No entanto, no dia 05/05/16, o periódico afirmou que Temer definiu o advogado Antônio Claudio Mariz de Oliveira como ministro da Defesa. *O Estado* divulgou que Mariz fora indicado, inicialmente, como Ministro da Justiça, porém foi descartado para o posto devido entrevistas realizadas, nas quais criticou procedimentos da Operação Lava Jato, especialmente em relação ao uso do instrumento da delação premiada. O periódico ainda publicou que “Temer se empenhou pessoalmente para que Mariz, que é seu amigo de longa data, assumisse a Defesa” e que “de acordo com interlocutores de Temer, é um sinal de prestígio para as Forças Armadas, porque o vice-presidente estaria colocando uma pessoa muito próxima no posto”. Em publicação do dia 06/02/16, a *Folha* e *O Estado* informaram que Mariz de Oliveira recusou o convite de Temer afirmando não ter “afinidade, nem intelectual nem profissional, com a Defesa”. *O Estado* também reforçou que os comandantes do Exército, Eduardo Villas Bôas, da Marinha, Eduardo Bacellar Leal Ferreira, e da Aeronáutica, Nivaldo Luiz Rossato, deverão permanecer em seus cargos, segundo Temer. (Folha de S. Paulo – Poder – 05/05/16; O Estado de S. Paulo – Política – 30/04/16; O Estado de S. Paulo – Política – 05/05/16; O Estado de S. Paulo – Política – 06/05/16)

6- Cruz Vermelha revelou documentos sobre torturas durante o regime militar
Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Paulo Sérgio Pinheiro, afirmou que os documentos recentemente publicados pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, com sede em Genebra, atestaram que as violações de direitos humanos eram uma política de Estado durante o regime militar (1964-1985), podendo ser considerados “descobertas arqueológicas”. Os registros gerariam a possibilidade, ainda, de retomar o debate do relatório da CNV, publicado em dezembro do ano de 2014. Os documentos, compostos também por relatos anônimos de então presos políticos, revelaram o caráter científico das práticas de tortura realizadas durante o regime, já que se baseavam “na aplicação dosada de um sofrimento atroz dentro do limite exato da resistência humana”. Segundo *O Estado*, as denúncias apresentadas pela Cruz Vermelha mostraram que a resistência ao regime militar ocorria não apenas internamente, mas externamente, demonstrando a importância dos militantes em diversos âmbitos. Os registros não puderam, porém, ser utilizados pela CNV, uma vez que esta concluiu seus trabalhos antes que aqueles fossem revelados. (O Estado de S. Paulo – Política – 01/05/14)

7- Ministério da Defesa negociou a criação de um fundo para projetos

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa estaria buscando, junto à presidenta da República Dilma Rousseff, a criação de um fundo de investimento para programas estratégicos das Forças Armadas, tais como o Programa de Submarinos, o Programa Nuclear da Marinha, o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e o programa de reequipamento e modernização da frota de aeronaves militares supersônicas da Força Aérea Brasileira (FAB), denominado FX-2. (*O Estado de S. Paulo – Política – 04/05/14*)

8 - Justiça Federal rejeitou denúncia contra legista do regime militar

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Justiça Federal rejeitou a denúncia contra o legista do regime militar (1964-1985), Harry Shibata. O juiz Ali Mazloum concluiu que “os fatos imputados a Harry Shibata foram anistiados e também, se assim não fosse, estão prescritos”. Shibata era acusado de forjar informações a respeito da morte do militante político Yoshitane Fujimori, no ano de 1970. De acordo com o periódico, “ao elaborar o laudo necroscópico, Shibata endossou a versão oficial de que a vítima teria trocado tiros com os policiais, sem mencionar dados que esclareciam as verdadeiras circunstâncias do óbito”. Nessa sentença, Mazloum também declarou extinta a punibilidade do ex-coronel Carlos Brilhante Ustra, do também legista Armando Canger Rodrigues, e do ex-delegado titular da ordem política no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Alcides Cintra Bueno Filho. (*O Estado de S. Paulo – Política – 04/05/2016*)

9- Faleceu líder operário que se opôs ao regime militar

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, faleceu no dia 04/05/16 o líder metalúrgico Waldemar Rossi, militante da Pastoral Operária, “braço da Igreja Católica que seguia a Teologia da Libertação”, o qual foi torturado durante o regime militar (1964-1985). Em 1980, Rossi foi escolhido para representar os trabalhadores brasileiros em saudação ao então papa João Paulo II. Na ocasião, recebeu benção do pontífice ao entregar uma carta contendo denúncias sobre torturas, assassinatos e más condições dos trabalhadores durante o regime. Segundo o periódico, Rossi, ainda que afastado das fábricas, continuou a participar de movimentos de oposição ao regime militar. (*O Estado de S. Paulo – Política – 05/05/16*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em

receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).